



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 06

do processo nº 01- 577 de 2019/...../..... (a)

Antonio Isoldi Caleari
Supervisor - SGP. 22
RF 11.300

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 12 SET 2019
Const., Just. e Leg. Particip.,
Administração Pública
Trâns. Transp. Ativ. Econômica
Educação, Cultura e Esportes,
Finanças e Orçamento

PRESIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.
Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

12 SET 2019


Antonio Isoldi Caleari
Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22



RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SETOR DE PESQUISA E APOSSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS
 EM 13/09/19 Às _____ hs
 POR André
 SAÍDA 16/10/19 ÀS 17 H 30 ASS: Diego

...
 ...
 ...
 ...
 ...

Segue(m) juntado(s) documento(s)
 rubricado(s) sob nº 07 e
 folha(s) para informação sob nº _____
 Em 16/10/19 (a) _____

André
 Sandro Borges
 RF. 11.490
 Técnico Administrativo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

folha nº 07 do Proc. nº
PL 577 de 2019
Sandro Borges-RF. 11.490
Técnico Administrativo

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 577/19

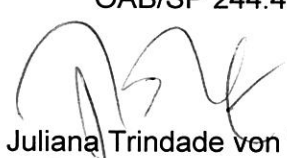
Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.093, de 29 de novembro de 2005, que institui, no Município de São Paulo, o 'Programa Educação Comunitária', e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- PL 418/2011, que determina a fixação de placa informando o número telefônico do Conselho Tutelar nos estabelecimentos de ensino público e privado, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 14 de outubro de 2019.


Christiana Samara Chebib Lienert
Procuradora Legislativa
OAB/SP 244.472


Juliana Trindade von T Eberlin
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 232.414

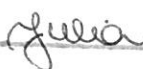
RECEBIDO
Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa
Em 16/10/19 às 17h50
RF


Ugo Pozo
RF 11.299

Ao Nobre Vereador /A Nobre Vereadora
CLAUDIO RONFCA
Para Relatar.
Sala da Comissão de Constituição, Justiça e
Legislação Participativa.
Em 21/10/2019

Presidente

Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias.
nos termos do § 3º do artigo 63 do R.I.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 22/10/19 AO 14:00 HS
POR 
SAÍDA 16/11/2019 15 H 20 ASS: 